

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Petrobrás quer reduzir mais o endividamento	2
Título: Petrobrás escolhe 4 empresas para venda de refinarias	3
Título: Setor público tem superávit de R\$ 9,4 bi	4
Título: Bolsonaro 'pula' discurso durante evento no Rio	5
Título: A síndrome do pêndulo	5
Título: Marinha considera crise do óleo estabilizada	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Bolsonaro amplia agressões à Folha e diz que boicota anunciantes do jornal	8
Título: Fora da tomada	12
Título: Marinha diz que avanço do óleo no litoral brasileiro foi controlado	13
VEÍCULO: O Globo	13
Título: Clima de incerteza na Argentina	13

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 30/11/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: Petrobrás quer reduzir mais o endividamento**

A revisão do Plano Estratégico da Petrobrás para o quinquênio 2020/2024 mostra que foram mantidas as linhas mestras da política da empresa voltadas para a redução de dívidas e a concentração de investimentos nas áreas do pré-sal. São decisões de longo prazo que já permitiram notável recuperação da Petrobrás desde o fim das administrações do PT. O objetivo é transformar a estatal numa companhia semelhante às companhias privadas, numa fase de mudanças globais no setor. A Saudi Aramco, uma das gigantes de petróleo, controlada pelo governo da Arábia Saudita, maior produtor global, anunciou há pouco a abertura do seu capital.

Em nota à imprensa, a Petrobrás destacou o corte de dívidas. A dívida bruta da companhia foi reduzida em US\$ 21 bilhões no terceiro trimestre, para US\$ 90 bilhões, e o objetivo é limitá-la a US\$ 60 bilhões em 2020. A expectativa é de que a alavancagem (relação entre a dívida líquida e o Ebitda – lucros antes de juros, tributos, depreciação e amortização) caia de 2,58 vezes para 1,5 vez até 2020. Isso depende do programa de venda de ativos, com previsão de receitas de US\$ 20 bilhões a US\$ 30 bilhões. A preocupação é propiciar ganhos aos acionistas, notou o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires.

O corte do endividamento parece ser tratado pela administração atual como mais prioritário do que o nível dos investimentos. Estes deverão cair dos US\$ 84,1 bilhões previstos no Plano Estratégico 2019/2023 para US\$ 75,7 bilhões no plano recém-aprovado. Haverá maior concentração de investimentos em exploração e produção, cuja participação passará de 81,8% para 85%. A produção deverá passar de 2,7 milhões de barris/dia (b/d) equivalentes de óleo e gás, em 2019, para 3,3 milhões de b/d em 2023. Esses indicadores são inferiores aos previstos por consultorias privadas e foram mal recebidos.

Dois pontos merecem relevo no novo plano estratégico. Um deles é o de que as projeções partem de premissas conservadoras, com o petróleo cotado a US\$ 50 o barril nos próximos cinco anos (hoje, a cotação é pouco superior a US\$ 60) e a US\$ 45 o barril no longo prazo. Outro é o aumento da transparência: a estatal passará a anunciar não apenas a produção total, mas a produção que será comercializada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 30/11/2019****Seção: Economia****Autor: REUTERS****Título: Petrobrás escolhe 4 empresas para venda de refinarias**

Dois grupos brasileiros – Ultra e Raízen –, a chinesa Sinopec e o fundo Mubadala, de Abu Dabi, devem entregar propostas em janeiro

A Petrobrás selecionou a chinesa Sinopec, o fundo Mubadala, de Abu Dabi, e os grupos brasileiros Ultra (dono da Ipiranga) e Raízen (parceria entre Shell e Cosan no País) para a segunda fase do processo de venda de quatro refinarias, informaram fontes à agência Reuters. A petroleira brasileira recebeu ofertas não vinculantes no início de novembro para o primeiro bloco de refinarias que planeja vender. A empresa selecionou os grupos para a segunda rodada de negociações na semana passada. As propostas devem ser entregues até meados de janeiro, segundo duas fontes.

O primeiro bloco de refinarias é o maior, com capacidade combinada de 961 mil barris de petróleo por dia, ou 40% da capacidade total de refino no País. Procuradas pela reportagem, Mubadala, Raízen e Ultrapar não comentaram o assunto. Petrobrás e Sinopec não retornaram o pedido de entrevista. Segundo as fontes, Ultrapar e Raízen devem entregar propostas para as duas refinarias na Região Sul, Refap e Repar, e para a Rnest, em Pernambuco. Já a chinesa Sinopec e o Mubadala disputariam a Rlam, a mais antiga refinaria do Brasil, na Bahia.

A Rlam precisa de reformas significativas, e a Sinopec está interessada em formar um consórcio com uma empresa de construção chinesa para isso. Já o Mubadala, afirmaram as fontes, estrutura sua proposta por meio da companhia espanhola de petróleo Cepsa, que tem como investidores o próprio Mubadala e o fundo americano Carlyle. Conforme as regras estabelecidas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), os licitantes podem adquirir só uma refinaria em cada região para evitar questões de concentração de mercado.

A gigante do petróleo Saudi Aramco teria desistido do processo, de acordo com fontes. O histórico de controle de preços de combustíveis no Brasil e o modelo de privatização, que deixará a Petrobrás com forte presença no refino no Sudeste, região mais rica do País, reduziram a disputa pelas refinarias da estatal. As estimativas iniciais de que a petrolífera poderia arrecadar até US\$ 18 bilhões para as refinarias foram reduzidas para menos de US\$ 10 bilhões.

Consórcios. As empresas aprovadas para a segunda rodada estão em negociações para criar consórcios com negociadoras de commodities, como a Glencore e Vitol. Essas empresas também se negaram a comentar o assunto. Há também a chance de operadoras de gasodutos se unirem a esses grupos para operar ativos logísticos que a Petrobrás venderá em cada refinaria, como terminais e oleodutos de combustíveis. Entre esses grupos está a canadense Brookfield, que comprou o gasoduto NTS, que pertencia à Petrobrás. A companhia também se recusou a comentar.

Empresas financeiras como os fundos de pensão canadenses CPPIB e CDPQ, assim como o GIC, de Cingapura, poderiam entrar participar das aquisições. Nenhum deles comentou o assunto imediatamente. O segundo bloco de quatro refinarias a ser vendido é muito menor que o primeiro, com capacidade de 210 mil barris por dia. A Reman, do Amazonas, deve ser analisada pelo distribuidor regional de combustível Atem, disseram as fontes. O conglomerado indiano Essar, que tem operações de exploração na Índia e refino e distribuição de combustível no Reino Unido, também pode concorrer a uma das unidades da estatal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/11/2019

Seção: Economia

Autor: Fabrício de Castro Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

Título: Setor público tem superávit de R\$ 9,4 bi

O setor público consolidado (governo central, Estados, municípios e estatais, com exceção de Petrobrás e Eletrobrás) fechou as contas no azul em R\$ 9,4 bilhões em outubro, segundo dados do Banco Central (BC). Em setembro, havia sido registrado um rombo de R\$ 20,5 bilhões. O resultado de outubro representa o maior superávit (ou seja, as receitas de impostos e contribuições foram maiores do que as despesas) para o mês desde 2016, quando houve resultado positivo de R\$ 39,6 bilhões. O resultado fiscal de outubro foi composto por um superávit de R\$ 8,5 bilhões do governo central (Tesouro, Banco Central e INSS).

Já os governos regionais (Estados e municípios) influenciaram o resultado negativamente com R\$ 216 milhões no mês. Enquanto os Estados registraram um déficit de R\$ 53 milhões, os municípios tiveram resultado negativo de R\$ 163 milhões. As empresas estatais registraram superávit primário de R\$ 1,115 bilhão. Neste ano, a meta permite que o setor público consolidado feche as contas no vermelho em R\$ 132 bilhões. No caso do governo central, a meta é um déficit de R\$ 139 bilhões. No acumulado do ano até outubro, as contas públicas apresentaram um déficit primário de R\$ 33 bilhões, menor do que o

registrado no mesmo período do ano passado, quando foi registrado um déficit de R\$ 51,5 bilhões.

Dívida bruta. A dívida bruta do setor público, uma das principais formas de comparação internacional (que não considera os ativos dos países, como as reservas cambiais), recuou no mês passado. O indicador é acompanhado mais atentamente pelas agências de classificação de risco. A dívida, que estava em 77,2% do Produto Interno Bruto (PIB) no fim do ano passado, já havia avançado para 79% do PIB (R\$ 5,58 trilhões) em setembro deste ano. Mas, em outubro, a dívida bruta caiu para R\$ 5,55 trilhões (78,3% do PIB). “Foram registrados resgates líquidos na dívida bruta de R\$ 53,3 bilhões em outubro, com impacto de 0,8 ponto percentual no total da dívida”, disse o chefe adjunto do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Renato Baldini.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/11/2019

Seção: Política

Autor:

Título: Bolsonaro ‘pula’ discurso durante evento no Rio

Foto-legenda

O presidente Jair Bolsonaro inaugurou ontem em Resende, no sul do Rio de Janeiro, a oitava cascata de ultracentrífugas da Fábrica de Combustível Nuclear (FCN) das Indústrias Nucleares do Brasil (INB). Ele não discursou durante o evento e saiu sem dar declarações à imprensa. A inauguração faz parte da implantação da Usina de Enriquecimento Isotópico de Urânio, um projeto que conta com a parceria da Marinha e prevê a instalação de outras duas cascatas de ultracentrífugas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/11/2019

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: A síndrome do pêndulo

A América Latina tem a síndrome do pêndulo: o continente alterna governos liberais e intervencionistas em curtos espaços de tempo. Uma hora, estatiza tudo; outra, privatiza. Isso tem nos deixado uma herança muito ruim, em particular nos investimentos em infraestrutura. Os investimentos e as amortizações em infraestrutura são de longo prazo, no mínimo 30 anos. Para atrair esses investimentos, são essenciais e fundamentais estabilidade regulatória e segurança jurídica, e para que isso ocorra não pode haver essas

alternâncias pendulares na gestão da economia. Alternâncias, sim, fazem parte da democracia e são saudáveis, pendulares são ruins. No fim no dia, o resultado é este enorme déficit de infraestrutura.

Uma infraestrutura precária, cara e de baixa qualidade. Exemplos não faltam, desde o saneamento, que é uma vergonha em quase todos os países latino-americanos, até rodovias, portos, aeroportos, ferrovias e o setor de energia. Existiu por muito tempo uma máxima aqui, no continente, de que infraestrutura seria um dever do Estado. Isso fez com que proliferassem, como uma epidemia, empresas estatais federais, estaduais e mesmo municipais em todos os segmentos das infraestruturas. Como as empresas estatais têm como principal característica a ineficiência, e muitas vezes o mau uso do dinheiro público, a situação só vem piorando.

Esta acaba sendo uma das principais razões para o alto custo país, acarretando baixas produtividade e eficiência das economias latino-americanas. Sem dúvida, a solução passa por privatizações e por um receituário liberal. Mas é preciso ter em conta que, dadas a situação social e a precariedade dos serviços, existe uma necessidade de políticas públicas. Quando falamos de política pública estamos nos referindo a planejamento, e não a intervenções, com a criação de modelos capazes de atrair o capital privado, que sempre tem em mente e se assusta com a síndrome do pêndulo. Muitas vezes se confunde a existência de algum tipo de subsídio ou incentivo com intervencionismo.

Há momentos em que os subsídios, bem como incentivos, devem e merecem ser aplicados. O que não pode existir são subsídios e incentivos eternos. Ninguém deve ter um subsídio ou incentivo para chamar de seu por tempo indefinido. Diferentes países, até os mais liberais como os EUA, criam mecanismos de incentivo aos investidores privados de infraestrutura. Dou o exemplo do mercado de gás natural. Afinal, o governo acaba de criar o programa Novo Mercado do Gás, e a grande ausência é a pouca preocupação com a criação de mais infraestrutura de gasodutos e armazenamento. Sem capacidade de escoamento, armazenamento, transporte e distribuição de gás natural, os preços não cairão. Para tanto, o foco inicial deve ser em rentabilidade, e não em modicidade.

Sem que as distribuidoras de gás natural (regulação estadual) e possíveis novos players para investimentos em escoamento, armazenamento e transporte (regulação federal) tenham os incentivos corretos, o investimento não será realizado. Como o segmento de infraestrutura é um negócio de longo prazo, com contratos de 30 a 35 anos, os incentivos devem ser calibrados corretamente no tempo. Caso contrário, as tão almejadas qualidade, expansão da rede e tarifas competitivas não serão alcançadas. Vários modelos coexistem no mundo. No México, o governo garantiu a demanda de capacidade dos

gasodutos por intermédio da CFE (estatal do setor elétrico) e da Pemex (estatal de óleo e gás).

Nos EUA, a introdução de Master Limited Partnerships (MLPs) no início da década de 80 foi a principal modalidade utilizada para financiar investimentos nos dutos do shale gas. No Brasil, a experiência de sucesso do setor de transmissão de energia elétrica – segmento com riscos e características operacionais semelhantes ao negócio de transporte de gás natural –, com o modelo de receitas fixas (RAP), poderia ser utilizada como proxy para o gás natural. Qualquer que seja a alternativa escolhida, é fundamental estar atento a esta máxima: “Não existem atalhos para o desenvolvimento dos setores de infraestrutura”.

É DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/11/2019

Seção: Metrópole

Autor: Mateus Vargas / BRASÍLIA

Título: Marinha considera crise do óleo estabilizada

Apenas vestígios têm sido encontrados nas praias, segundo o órgão, mas não se descarta a chegada de volume maior

A Marinha informou ontem que considera estabilizada a crise causada pelo avanço do óleo no litoral brasileiro e deve enviar de volta ao Rio, a partir de 20 de dezembro, tropas que reforçam o combate ao desastre ambiental.

“Basicamente o que toca a praia hoje são vestígios (das manchas de óleo). A quantidade é pequena. O que nos leva a falar que estamos vivendo um período de estabilização”, disse o coordenador operacional do grupo de acompanhamento e avaliação da Marinha, almirante Marcelo Francisco Campos. O monitoramento feito pelo Ibama, porém, aponta que o número de localidades atingidas continua subindo.

Em 20 de dezembro, começará a segunda fase da Operação Amazônia Azul, com foco em ações de manutenção e controle, conduzidas por equipes locais da Marinha e agentes de Estados e municípios. As equipes do Rio, no entanto, devem seguir em alerta para retornar às praias em casos de emergências. “Diria que a situação hoje é controlada, a maior parte das áreas atingidas hoje está limpa. E a quantidade de óleo que tem aparecido é cada vez menor”, afirmou Campos. Com a decisão de desmobilizar tropas, devem retornar ao Rio os dois maiores navios da Marinha: o Bahia e o Atlântico. No começo de 2020, a

Marinha deve começar a 3.ª fase da operação, com ações de monitoramento nas praias.

O governo usará equipes da Operação Aspirantex, com agentes da Esquadra Brasileira, e da tradicional Operação Verão, para ações de prevenção da poluição hídrica. Nesta fase, serão mobilizados 5 mil militares e civis. Segundo o almirante Campos, há 19 dias não são encontradas manchas no mar. Na última semana, 99% das ocorrências são de vestígios do óleo, afirmou. O almirante não descartou, porém, o retorno de grande volume de óleo às praias. “Em face do ineditismo dessa grave ocorrência, estamos nos preparando para tudo”, disse. Segundo Marcelo Amorim, do Ibama, a “área de interesse” das ações de combate ao óleo se estende por 4 mil quilômetros.

Responsável. As causas do derramamento são desconhecidas. Campos disse que continua sendo “uma das hipóteses” a de que o óleo tenha sido derramado pelo navio grego Bouboulina, embarcação da empresa Delta Tankers. “Estamos até analisando naufrágios da época da 2.ª Guerra Mundial. Mas o mais provável é o trânsito de embarcações com derramamento desse óleo acidentalmente ou não.” Outras análises paralelas, realizadas pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e por uma organização americana, a Skytruth, não encontraram relação entre o navio Bouboulina e o desastre no litoral.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/11/2019

Seção: Poder

Autor: BRASÍLIA, TRÊS CORAÇÕES (MG) E Resende (RJ)

Título: Bolsonaro amplia agressões à Folha e diz que boicota anunciantes do jornal

Procurador pede a Tribunal de Contas medida para manter a Folha em licitação do governo federal

O presidente Jair Bolsonaro ampliou as agressões à Folha e disse nesta sexta (29) que boicota produtos de anunciantes do jornal. Ele ainda recomendou à população não comprá-lo.

“Eu não quero ler a Folha mais. E ponto final. E nenhum ministro meu. Recomendo a todo Brasil aqui que não compre o j ornai Folha de S. Paulo. Até eles aprenderem que tem uma passagem bíblica, a João 8:32 [“E conhecerão a verdade, e a verdade os libertará”]. A imprensa tem a obrigação de publicar a verdade. Só isso. E os anunciantes que anunciam na Folha também”, afirmou.

“Qualquer anúncio que faz na Folha de S. Paulo eu não compro aquele produto e ponto final. Eu quero imprensa livre, independente, mas, acima de tudo, que

fale a verdade. Estou pedindo muito?”, disse, em entrevista na porta do Palácio do Alvorada, diante de um grupo de apoiadores.

A declaração foi dada após a reportagem questionar Bolsonaro sobre a decisão da Presidência de excluir o jornal da relação de veículos nacionais e internacionais exigidos em um processo de licitação para fornecimento de acesso digital ao noticiário da imprensa.

Ao ser indagado se defendia um boicote à Folha, ele respondeu: “Já dei o meu recado”.

“Trata-se de mais um capítulo na escalada contra a imprensa. O jornal vai continuar exercendo sua atividade de modo independente e imparcial, que é o que garante sua credibilidade”, diz Tais Gasparian, advogada da Folha.

Edital de pregão eletrônico publicado na quinta (28) no Diário Oficial da União prevê a contratação por um ano, prorrogável por mais cinco, de uma empresa para oferecer a assinatura dos veículos de imprensa à Presidência.

A lista cita 24 jornais e 10 revistas. A Folha não é mencionada. O pregão eletrônico, marcado para 10 de dezembro, tem valor estimado de R\$ 194 mil: R\$ 131 mil para jornais e R\$ 63 mil para revistas.

O subprocurador-geral junto ao TCU (Tribunal de Contas da União), Lucas Furtado, apresentou nesta sexta representação em que pede que a Folha não seja excluída da licitação da Presidência.

Para ele, a retirada do jornal da concorrência após promessa de Bolsonaro possui motivos que “desbordam dos estreitos limites da via discricionária do ato administrativo”, além de ofender os “princípios constitucionais da impessoalidade, isonomia, motivação e moralidade”.

Ao presidente do TCU, ministro José Mucio, Furtado pede que seja adotada medida cautelar para que a Presidência seja proibida de deixar a Folha de fora da relação de publicações a ser fornecida pelo vencedor da licitação. “Ou, alternativamente, suspenda o certame, até que o TCU apure o mérito da questão.”

Procurada pela reportagem, a Presidência não informou o motivo da ausência do jornal no processo de licitação e o critério técnico adotado.

Na manhã desta sexta, Bolsonaro afirmou: “Olha, a Folha de S. Paulo não serve nem para forrar aí o galinheiro. Olha só, eu estou deixando de gastar dinheiro público”.

À noite, em rede social, voltou a atacar o jornal, publicando vídeo das suas declarações.

Em Três Corações (MG), o presidente disse que o país vive “ares de democracia e liberdade”. Ele participou da formatura de 573 sargentos combatentes da Escola de Sargentos das Armas.

Em discurso de cinco minutos, Bolsonaro afirmou que seu governo tem feito sua parte e que, “como regra, todos podem sentir que o Brasil respira novos ares”. “No futuro, se preciso for, daremos a nossa vida para que essa democracia e para que essa liberdade nunca deixe de existir entre nós”, disse aos formandos.

A exclusão da Folha de licitação fere o princípio de impessoalidade da administração pública e a Constituição, de acordo com especialistas.

Segundo a professora de direito constitucional da Universidade Federal do Paraná Estefânia Barbosa, a decisão do governo fere os artigos da Constituição que tratam de liberdade de imprensa e o artigo 37. que trata dos princípios da administração pública.

“Do ponto de vista do administrador público, ele não tem como discriminar. Por isso são feitas licitação, concurso. É para não ter jornal que vai falar só a meu favor”, afirma.

Para ela, a decisão também caracteriza censura indireta, o que viola o artigo 220 da Constituição, segundo o qual “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição”.

“Caracteriza uma ação civil pública para averiguar possível improbidade pelo artigo n da lei”, diz o especialista em direito administrativo Saulo Ávila, para quem o princípio da impessoalidade foi ferido.

Para a mestre em direito público administrativo Vera Chemim, se por um lado são dados ao presidente poderes discricionários de escolha, eles devem seguir as regras constitucionais.

A decisão também pode criar problemas para Bolsonaro na Corte Interamericana de Direitos, segundo representantes da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) ouvidos pela Folha.

A Convenção Americana de Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, estabelece em seu artigo 13 os princípios da liberdade de imprensa.

Lá está condenada não apenas a censura direta —como a que o correu na ditadura militar brasileira— mas também maneiras de censura indireta.

Apesar do discurso de Bolsonaro, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, afirmou nesta sexta não ter havido ordem do presidente para que os ministros do governo boicotem a Folha.

“Nunca recebi nenhuma orientação nesse sentido, muito pelo contrário. Nós procuramos nos informar com tudo o que vem da mídia de uma maneira geral. Isso aí não faz nenhum sentido”, afirmou. Gustavo Uribe, Fábio Fabrini, Ricardo Delia Coletta, Angela Boldrini, Marcelo Toledo e Diego Garcia

Repercussão

Marcelo Rech

presidente da ANJ (Associação Nacional de Jornais)

“Neste caso, Jair Bolsonaro age de modo semelhante ao de Cristina Kirchner na Argentina, a quem tanto critica, e que desfechou durante seu governo uma campanha de boicote e perseguição ao jornal Clarín”

Estefânia Barbosa

professora de direito constitucional da UFPR (Universidade Federal do Paraná)

“Do ponto de vista do administrador público, ele não tem como discriminar. Por isso são feitas licitação, concurso. É para não ter jornal que vai falar só a meu favor, tenho que ter críticas”

Saulo Ávila

advogado especialista em direito administrativo

“Se a ideia é assinar jornais, obter informação, por que a Folha está sendo excluída, já que é um dos principais veículos do país?”

Vera Chemim

mestra em direito público administrativo

“Ele está lá como Bolsonaro presidente e não como Bolsonaro na casa dele, decidindo cancelar a assinatura da Folha”

Lucas Furtado

subprocurador-geral junto ao TCU

“[As ações de Bolsonaro contra a Folha têm motivos que] desbordam dos estreitos limites da via discricionária do ato administrativo”

Taís Gasparian

advogada da Folha

“O governo federal age contra os princípios da moralidade e impessoalidade que devem nortear a administração pública. Com a atitude, agride toda a imprensa brasileira, e não apenas a Folha”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Fora da tomada

Painel S.A

Em mais um sinal de sua má fase no Brasil, a operação paulista da multinacional de energia Enel foi multada pela Arsesp (a agência reguladora do setor no estado) em R\$ 13 milhões nesta sexta-feira (29). O que motivou a penalidade, segundo a agência, foram problemas apurados pela fiscalização 110 começo do ano, com interrupção de fornecimento de energia para aproximadamente 427 mil consumidores, provocando danos em instalações e equipamentos elétricos de residências.

Fio

O problema aconteceu no bairro Bosque da Saúde, em São Paulo, segundo a Arsesp, e a distribuidora de energia tem dez dias a partir do recebimento do auto de infração para se manifestar.

Desencapado

Procurada pela coluna, a companhia afirma que a Enel Distribuição São Paulo já recebeu a notificação e “analisará o ofício, que se refere à ocorrência na subestação Bandeirantes, de propriedade da ISA Cteep (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica)”.

Curto

Não é a primeira vez que a Enel recebe multa no estado neste ano. Em junho, o Procon-SP a multou em mais de R\$ 5 milhões alegando problemas com cobrança.

Circuito

Em Goiás, onde também opera, a empresa enfrenta batalha com o governador Ronaldo Caiado (DEM), que defende publicamente a retomada da concessão da antiga Celg-D, hoje Enel Distribuição Goiás, por considerar ruim o serviço prestado pela concessionária no estado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/11/2019

Seção: Especial

Autor: Gustavo Uribe e Matheus Moreira **BRASÍLIA E SÃO PAULO**

Título: Marinha diz que avanço do óleo no litoral brasileiro foi controlado

O governo federal informou nesta sexta (29) que o avanço de óleo na costa brasileira foi controlado e que, a partir do fim de dezembro, haverá uma desmobilização da frota nacional da Marinha Brasileira.

Apesar disso, o óleo continua chegando ao litoral, ainda que em menores quantidades. A última atualização do Ibama indica que 803 locais foram afetados até quinta (28).

Em entrevista à imprensa, o coordenador operacional do grupo de monitoramento da crise ambiental, o almirante Marcelo Francisco Campos, disse que a situação foi estabilizada. Segundo ele, a maior parte das praias atingidas está limpa e a quantidade do produto é cada vez menor.

A frota nacional retornará ao Rio de Janeiro a partir de 20 de dezembro, quando as funções de manutenção e controle serão conduzidas por equipes locais. O contingente nacional, no entanto, estará de prontidão caso seja necessário realizar uma nova coleta.

Desde o início da crise ambiental, no final de julho, 4.700 toneladas de óleo foram recolhidas em 11 estados do Nordeste e Sudeste do país.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Clima de incerteza na Argentina

As empresas brasileiras que têm negócios na Argentina acompanham com expectativa as informações sobre a política econômica do novo governo. Por enquanto, os investimentos estão congelados, disse uma dessas companhias, porque o governo Alberto Fernández ainda é uma incógnita. Fala-se que o ex-ministro da Economia Roberto Lavagna poderia voltar ao governo para um posto influente na área. Quem tem falado com o mercado é Guillermo Nielsen, visto como pragmático. O setor privado brasileiro acompanha preocupado a incerteza na Argentina e o estranhamento entre o governo Bolsonaro e o que tomará posse na Casa Rosada em 10 de dezembro. Ontem, no entanto, houve sinalizações dos dois lados de haverá pragmatismo nas relações.

Faltando dez dias para aposse, o presidente eleito ainda não decidiu a sua equipe econômico. Disse que anunciará tudo entre os dias cinco ou seis de dezembro.

— Tem notícia para todos os lados. Tem notícia de que voltará a ter política voltada para estimular exportação, para assim atrair dólares, mas há também rumores de que haverá um fechamento da economia. Circulam informações de que pode dar um choque heterodoxo, ou que ele é mais moderado em questões econômicas e busca um modelo como o de Lula do primeiro mandato — afirma um executivo de uma empresa lá instalada e que acaba de voltar de uma semana na Argentina tentando saber o que vai acontecer.

O que dizem os que acompanham os acontecimentos no país vizinho é que além do ministro da Economia será importante saber o que acontecerá na área da energia, porque o grande ativo que o país pode explorar é a área petrolífera e de gás de Vaca Muerta. Eles precisariam de um novo marco regulatório na área de energia.

O governo Cristina Kirchner impôs tributos pesados sobre a exportação. O governo Macri assumiu dizendo que iria acabar com a taxa sobre o setor exportador, mas como em outras áreas, cumpriu o prometido pela metade. Chegou atirar todos os impostos sobre a exportação de carne. A soja tinha um tributo em torno de 35%, ele reduziu um pouco, mas agora já voltou a subir. Na carne, Macri também voltou a taxar. A Argentina reduziu muito a sua importância no mercado global de carne bovina. O maior exportador é o Brasil. Neste momento, está havendo uma forte alta do preço internacional por causa do aumento da demanda chinesa.

No Brasil isso tem provocado até perturbação no abastecimento e uma alta de 35% só em novembro. A gripe suína dizimou o rebanho suíno chinês e reduziu a produção em 12 milhões de toneladas. Esse consumo está agora sendo direcionado para outros tipos de proteína animal e o país tem buscado carne onde dá. A Argentina pode aproveitar o momento e aumentar sua exportação

do produto. Com a alta do preço, o imposto não tirará a competitividade. O cálculo é que os impostos sobre produção agrícola podem arrecadar entre 1,5% e 2% do PIB.

Na Argentina, o cargo de vice-presidente é exercido conjuntamente com o de presidente do Senado. Isso significa que Cristina Kirchner terá muita influência. Seu grupo tem peso político, seu filho Máximo Kirchner será líder do bloco peronista da Câmara, e seu ex-ministro Alex Kicillof será governador de Buenos Aires. Sergio Massa, cuja conciliação com o grupo kirchnerista aumentou a unidade do peronismo, vai ser presidente da Câmara. Massa foi chefe da Casa Civil de Cristina. É pule de dez que haverá muitos episódios de disputa de poder entre Fernández e Cristina no governo. Mas haverá uma oposição forte, puxada pelo presidente Macri que conseguiu, apesar da crise econômica, ter 40% dos votos.

Com todos os erros cometidos pelo governo Macri, há em alguns pontos uma herança positiva. Ele reduziu o passivo energético, aumentou a transparência dos índices de inflação, diminuiu o desequilíbrio na conta-corrente. Também ampliou os mercados com os quais a Argentina negocia, inclusive abrindo mercados para o setor de carne.

O novo governo terá que enfrentar uma inflação de 55%, recessão e um pesado calendário de vencimento de dívidas. Para 2020, o país tem US\$ 37 bilhões de dívidas vencendo. O presidente eleito já disse que o valor é impagável. Pelo menos nos termos negociados atualmente. Nessa dúvida sobre o que virá, estão as empresas brasileiras que exportam para lá ou estão na Argentina.

MME / ASCOM .